

Identidades de gênero e sua importância para a educação

Gênero é central para as construções e classificações de sistemas de diferença.
(Donna Haraway, 2004, p. 209)

Partimos do pressuposto que gênero é, ao mesmo tempo, um conceito teórico e uma realidade vivida por todas nós. Poderíamos nos interrogar imediatamente sobre como o percebemos, como o vivenciamos. Sendo assim, o que significa possuir um determinado gênero?

Vale destacar que esse capítulo se inicia com uma citação que fala da centralidade do gênero para compreendermos as relações humanas em sua complexidade. Esta afirmação faz parte do esforço de Donna Haraway no primeiro verbete sobre o conceito de gênero incluído num dicionário marxista, e que também acabou sendo o primeiro num dicionário de ciências sociais.

Hoje, no mundo acadêmico, questionamos pouco a validade ou não da temática de gênero, pois sua relevância já está relativamente consolidada no campo da pesquisa. Mas, nem sempre fora assim. Na verdade, observando a trajetória do conceito, é possível perceber que essa validação não veio de forma tão rápida e fácil, e que o movimento ao qual o conceito de gênero está intimamente ligado passou por diversas transformações.

Nesta perspectiva, ao longo desse capítulo, tentarei demonstrar um pouco da trajetória e da formação do campo e do desenvolvimento teórico em torno do conceito de gênero, focando principalmente nos trabalhos das feministas do século XX. Esta trajetória está marcada pela formulação da mulher enquanto um sujeito de análise, bem como pelos questionamentos que a tornaram, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de investigação possível e válido para a interpretação nas ciências sociais. Assim, proponho pensar essa trajetória partindo da emergência das mulheres como objeto de análise e protagonistas desta análise até a mudança do tema da mulher para a questão de gênero (Joana PEDRO e Rachel SOIHET, 2007).

Em suma, tentarei demarcar a história das teorizações feministas até o desenvolvimento do conceito de gênero. Assim, apresentarei as lutas e os questionamentos trazidos pelos movimentos feministas, principalmente, durante o século XX. Reconheço que outras faces e outros movimentos feministas poderiam compor esse cenário. Mas, optei por apresentar a trajetória das teorias feministas norte-americanas e europeias, por terem fortemente influenciado diversos movimentos feministas ao redor do mundo e em períodos distintos.

Buscarei traçar, ainda, uma discussão dos processos pelos quais construímos e reiteramos os padrões e normas de gênero, dialogando com algumas teóricas mais contemporâneas. Assim, alinhando-me a uma reflexão mais atual, corroboro suas opções pela desconstrução dos padrões que regulam as possibilidades dos gêneros.

Mas, antes de iniciar essa reflexão sobre o conceito de gênero, acredito que seja necessário um esclarecimento sobre como compreendo o conceito de identidade. Afinal, por diversas vezes, neste capítulo, haverá referências à “identidade de gênero”, inclusive em seu título. Assim, é importante, ainda que brevemente, esclarecer o que se entende aqui por identidade.

O conceito de identidade é amplo, complexo e polissêmico. Haveria muitas possibilidades para entendê-lo. Poderia aqui eleger referências da psicologia do desenvolvimento, da filosofia da diferença ou da sociologia da cultura. No entanto, para uma abordagem breve e preliminar, baseio-me, centralmente, no pensamento de Hall (2006), em seu já clássico livro “Identidades culturais na pós-modernidade”, por considerar que as perspectivas traçadas pelo autor fundamenta o entendimento da identidade de gênero.

Com Hall (2006), pretendo me afastar de uma visão essencialista que entende as identidades como um problema fechado, ou, por assim dizer, como algo único, estático ou já resolvido. Ao contrário, parto de uma compreensão de que as identidades nunca estão unificadas, e, portanto, deveriam ser singulares. Hall (2006) afirma que sua elaboração sobre a identidade foge de uma teorização essencialista, indo ao encontro de uma visão múltipla de sua construção, levando em consideração que esse processo passa por inúmeras transformações, em meio aos discursos, práticas e posições que elas podem passar e sofrer.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior das formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (HALL, 2006, p. 109).

Mas, por sua característica múltipla, discursiva e sua relação com a prática, à identidade é algo que se exerce e, ao mesmo tempo, necessita do contato com o *outro*, ou seja, aquele que lhe é diferente. “As identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela” (HALL, 2006, p. 110). Sendo assim, a percepção da identidade como algo homogêneo e unificado internamente fica isolada de seu exterior, do mundo real, do mundo das diferenças.

As identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora “sabendo” (aqui, a linguagem da filosofia da consciência acaba por nos trair), sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma “falta”, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que são nelas investidos (HALL, 2006, p. 112).

É, basicamente, em concordância com essa concepção de identidade como um processo, como dimensão humana em constante construção, que pretendo seguir e problematizar as chamadas identidades de gênero, procurando encontrar formas possíveis de repensar seu lugar e sua relevância para o campo dos estudos curriculares.

2.1.

A trajetória feminista: do movimento das mulheres ao conceito de gênero

Gramaticalmente, o gênero é compreendido como classificação, como o modo de expressão do sexo, real ou imaginário dos seres, como atribuição do masculino e do feminino. Mas, antes que pudesse entrar nos dicionários, o gênero foi utilizado pelas feministas como uma referência à organização social da relação entre os sexos (Cláudia VIANNA e Sandra UNBEHAUM; 2004, p. 79, 80).

A origem e a elaboração do conceito e/ou categoria de gênero não podem ser contadas dissociadas da trajetória do movimento feminista durante o século XX. Mas, o debate sobre as identidades de gênero não foi apenas guiado pelas

teóricas feministas. Ele também contou com suas opositoras, que defendiam uma visão diferente e desigual sobre as relações entre homens e mulheres.

Um dos primeiros trabalhos que apresenta o termo “identidades de gênero” foi do psicanalista Robert Stoller, durante o Congresso Internacional de Psicanálise, em Estocolmo, em 1963. Apesar de ser um estudo inaugural, o conceito de identidade de gênero descrito ainda era influenciado por uma concepção que distinguia biologia e cultura; sexo e gênero, sendo o sexo entendido como algo regido pela biologia e o gênero pela cultura (HARAWAY, 2004).

A dicotomia sexo/gênero só seria superada na segunda onda feminista, quando algumas teóricas do feminismo iniciaram uma crítica à lógica binária estabelecida entre biologia/cultura. Para Donna Haraway (2004), a separação entre esses dois polos foi muito útil num momento histórico em que as teóricas estavam preocupadas em combater análises fundadas num determinismo biológico, que eram utilizadas para se opor aos estudos feministas.

Assim, o esforço político e epistemológico de construção da categorização em torno da mulher como sujeito e do sexo como categoria de análise fora elaborado num período conturbado, em meio a inúmeras oposições que insistiam em expor a mulher como *naturalmente subordinada ao homem* (HARAWAY, 2004, p. 218).

Admitindo que as palavras têm história, ou melhor, que elas fazem história, o conceito de gênero que pretendo enfatizar está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo. Constituinte desse movimento, ele está implicado linguisticamente e politicamente em suas lutas e, para melhor compreender o momento e o significado de sua incorporação, é preciso que se recupere um pouco de todo o processo (LOURO, 2003, p. 14).

Guacira Lopes Louro (2003) nos confirma, assim, que a construção do conceito de gênero está intimamente ligada às lutas desenvolvidas pelas feministas, na segunda metade do século passado, buscando sua inserção social, através da contestação da ordem social até então vigente. No entanto, essas mobilizações fazem parte das contestações presentes da “segunda onda” feminista, como aponta Joana Maria Pedro (2005). Segundo esta autora, o movimento teve duas “ondas” que marcaram as lutas pelos direitos das mulheres. A primeira onda, no final do século XIX, voltada para as questões ligadas aos direitos políticos, tais como: voto, trabalho remunerado e recebimento de herança. Já a segunda onda, desenvolvida após a Segunda Guerra Mundial,

fora caracterizada pelas “lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado” (PEDRO, 2005, p. 79).

Apesar de importantes diferenças, todos os significados modernos de gênero se enraízam na observação de Simone de Beauvoir de que: “não se nasce mulher” e nas condições sociais do pós-guerra que possibilitaram a construção das mulheres como um coletivo histórico, sujeito-em-processo. Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas (HARAWAY, 2004, p. 211).

Segundo Donna Haraway (2004, p. 211), a relação entre a consolidação do conceito de gênero e o desenvolvimento do movimento teórico feminista foi estabelecida pelas pretensões políticas das mulheres daquela época, pois elas estavam interessadas em encontrar um caminho para “transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais ‘homens’ e ‘mulheres’ são socialmente construídos e posicionados e, relações de hierarquia e antagonismo”. Não se questionava apenas o espaço concedido às mulheres, questionava-se a forma como a ciência era produzida, como a sociedade era construída através do prisma de uma suposta universalidade, que não incluía explicitamente as mulheres.

Esses momentos históricos que marcam as ondas, expressas por Joana Maria Pedro (2005), fala diretamente das transformações passadas pelas feministas do hemisfério norte. No Brasil, essas reivindicações chegam posteriormente como afirma Margareth Rago (1998, p. 93).

(...) desde os anos setenta, as mulheres entravam maciçamente nas universidades e passavam a reivindicar seu lugar na História. Juntamente com elas, emergiam seus temas e problematizações, seu universo, suas inquietações, suas lógicas diferenciadas, seus olhares desconhecidos. Progressivamente, a cultura feminina ganhou visibilidade, tanto pela simples presença das mulheres nos corredores e nas salas de aula, como pela produção acadêmica que vinha à tona.

Assim, as mudanças impulsionadas pelos movimentos feministas possibilitaram a inserção das mulheres enquanto sujeito e objeto de análise para o fazer ciência, além de expandirem os horizontes e aumentarem o número de mulheres como autoras, pesquisadoras e alunas nos espaços acadêmicos brasileiros.

Segundo Jimena Furlani (2010), o século XX foi marcado pela organização dos movimentos sociais nas esferas política, social e acadêmica. Sendo caracterizados pela luta por direitos e pela igualdade. Para a autora, os Movimentos Sociais devem ser lembrados por sua produção de saberes, já que

muitos movimentos, como o próprio feminista, lançaram conceitos e possibilitaram outras formas de compreensão das identidades culturais e sociais.

Os Movimentos Sociais definiram novas *epistemes* de análise, novos conceitos e entendimentos para os sujeitos e para a vida em sociedade. Problematizaram as “verdades” que a História contou acerca da existência de seus sujeitos e ousaram duvidar das Ciências e dos campos de conhecimento humanos que os inferiorizaram, subjugaram e construíram significados negativos para si (FURLANI, 2010, p. 50, grifos da autora).

Para Guacira Lopes Louro (2003, p. 19), a característica mais significativa desse momento histórico de inclusão das mulheres está no seu caráter político. Para a autora, padrões como objetividade e neutralidade eram deixados de lado pelas pesquisadoras que começavam a escrever na primeira pessoa. “Assumia-se, com ousadia, que as questões eram *interessadas*, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança.” Afirmando sua posição em tom de necessidade e urgência, para reescrever sua história, as teóricas dão um grande passo consolidando os estudos das mulheres.

Apesar dos estudos sobre as mulheres representarem um avanço para as conquistas dos grupos relacionados aos direitos civis e dos direitos humanos, pouco a pouco, as teóricas feministas começaram a perceber que a categorização da mulher acabava por manter alguns impasses quando o assunto era o tema da diferença sexual.

Para Guacira Lopes Louro (2003), esses argumentos utilizavam as diferenças entre os sexos num viés estritamente biológico para justificar os problemas referentes a pouca igualdade entre os sexos. Tanto no âmbito do senso comum quanto no campo científico, esses debates se proliferavam no intuito de justificar a desigualdade social existente. Assim, fazia-se necessário um novo conceito que problematizasse as relações entre homens e mulheres, deixando de lado uma lógica de contraposição biológica entre os sexos.

É imperativo, então, contrapor-se a esse tipo de argumentação. É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual *gênero* será um conceito fundamental (LOURO, 2003, p. 21).

O nascimento do campo dos estudos feministas ocorreu de modo diverso. Estes estudos participaram diretamente de uma crise que desestabilizava a produção do conhecimento, *o pensamento da diferença*, acompanhado pela crise do sujeito universal. Margareth Rago (1998), neste mesmo sentido, defende que o deslocamento do sujeito, a dissolução e a historização das identidades, a desnaturalização das dimensões da vida social, sexual e cultural, evidenciavam o surgimento de um novo olhar. A autora defende que a inserção do conceito de gênero no Brasil não ocorreu de modo linear, mantendo sua principal característica desde o nascimento do movimento feminista até sua formação multidisciplinar, ou seja, a inserção do novo conceito não fora tão simples em todos os espaços acadêmicos. Na França, por exemplo, nesse período, muitas feministas resistiam a incorporá-la.

Da história das mulheres passamos repentinamente a falar na categoria do gênero (...) Era como se nos dissessem: “tudo bem, pensaremos as relações sexuais, mas desde que respeitemos que a divisão social é mais importante do que a sexual.” As hierarquias eram, então, rapidamente repostas. E, finalmente, acenavam as psicólogas, com suas propostas e interpretações, mais ligadas às questões da maternidade e da crítica ao patriarcado. Progressivamente, as feministas ortodoxas, que relutavam em aceitar a reviravolta epistemológica em curso, por deslocar o foco do “sujeito mulher” para a análise das relações de gênero, questionavam o embaralhamento das identidades sexuais, apontando para a importância de se preservar a identidade feminina como forma de reforçar a agenda pública feminista e encaminhar as lutas políticas atuais (RAGO, 1998, p. 91).

A mudança da categorização *mulher* para *gênero* intensificou-se no final do século XX. Sob a influência dos *genderstudies*, que já haviam assumido maior espaço em detrimento dos estudos da mulher, surge uma categoria mais complexa de análise e possibilita uma compreensão não dicotômica entre *mulher versus homem*.

Em poucas palavras, diferentemente do sexo, visto como um *dado* natural, a constituição das diferenças de gênero aparece como um *processo* histórico e social. Assim, a introdução da categoria de gênero tem como principal objetivo destacar o caráter social – portanto dinâmico – das diferenças e discriminações baseadas no sexo. Nesta perspectiva, “gênero” funciona como um instrumento de interpretação, um conceito crítico que busca desmontar o tradicional argumento patriarcal – formulado de diversas maneiras ao longo da história – que sustenta que a dominação dos homens sobre as mulheres obedece a uma ordem natural e atemporal, responsável pela hierarquia (CARVALHO, 2010: 85, grifos da autora).

2.2.

Joan Scott e Judith Butler: construção e desconstrução das identidades de gênero

Passados os questionamentos sobre o que poderia representar a implementação de um novo conceito de análise, as teóricas começaram a se indagar através de que mecanismos esse novo conceito seria elaborado. Assim, os *genderstudies* começaram a ganhar cada vez mais força.

Para entender a força dos *genderstudies*, opto pelas análises de Joan Scott e Judith Butler. Elas foram escolhidas pela centralidade de suas teorias frente à produção feminista dentro e fora do Brasil e por representarem em diferentes contextos as principais referências sobre o conceito de gênero.

Uma das primeiras autoras a influenciarem os *genderstudies* foi Joan Scott. O artigo *Gênero: uma categoria útil de análise*, lançado no Brasil em meados dos anos 1990, tem sido ainda uma das principais referências sobre a temática de gênero. Nele, Joan Scott expõe a trajetória e os caminhos perpassados pelas feministas até chegarem ao conceito de gênero e transformarem a sua produção, rompendo com a dicotomia homem *versus* mulher.

Para Joan Scott (1995, p. 20), pensar o conceito de gênero implica: rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária. Neste sentido, é preciso uma historicização e uma desconstrução autêntica dos termos da diferenciação sexual. Assim, eliminando as diferenças entre mulheres e homens, encontramos já um primeiro ponto constitutivo do conceito de gênero. O gênero transcende esses dois termos, pois indica uma construção social, como uma criação do social em cima dos papéis respectivos de homem e mulher. Gênero seria, então, uma categoria social, que se constrói a partir de um corpo assexuado, vai além de definições biológicas.

Joan Scott (1995) conceitua gênero em duas partes, que se ramificam em quatro aspectos construtivos de gênero como uma categoria de análise. Mas, para fazer uma exposição mais completa e fiel do pensamento da autora, farei uma apresentação das duas partes essenciais, para depois expor como os quatro aspectos surgem do interior dessas partes essenciais.

Segundo Joan Scott (1995, p. 21), o “núcleo” central da categorização de gênero gira em torno de duas proposições: (1) “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e (2) “o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Dessa forma, defende que pensar na categoria de gênero significa em primeiro lugar compreender que apesar de ser diferente de sexo, o gênero é construído a partir das relações sociais desenvolvidas pelos sujeitos, identificando relações de igualdade e diferença entre os sexos. Outro ponto essencial é reconhecer que as relações de gênero implicam relações de poder, pois os sujeitos se relacionam e se organizam através de representações desiguais e assimétricas, sendo assim, a forma como os sujeitos se relacionam com o poder é permeada também por relações de gênero.

A partir dessa exposição podemos caminhar em direção aos quatro pontos que se ramificam desse núcleo:

Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: o primeiro – símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias) – Eva e Maria, como símbolo da mulher, por exemplo, na tradição cristã do Ocidente, mas também mitos da luz e da escuridão, da purificação e da poluição, da inocência e da corrupção. (...) Segundo – conceito normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino (SCOTT, 1995, p. 91).

Nesses primeiros dois pontos, apresentados estrategicamente através da própria fala da autora, podemos ver a importância das relações simbólicas culturais na construção do gênero. Assim, refletir sobre o gênero significa pensar sobre como construímos as representações culturais e simbólicas de ser masculino e de ser feminino. Compreendido que gênero possui relação direta com as construções culturais simbólicas estabelecidas na sociedade a qual estamos situados, podemos agora passar aos outros dois elementos sobrenossa compreensão da categoria.

O objetivo da pesquisa histórica é explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros. Esse tipo de análise tem que incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais. Esse é o terceiro aspecto das relações de gênero. (...) O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva (SCOTT, 1995, p. 22-23).

Os últimos dois elementos expostos por Joan Scott (1995) para definir gênero abordam o uso político da categoria e o papel da subjetividade na sua construção. Assim, a utilização da categoria e/ou conceito gênero não se limita à esfera da vida familiar e doméstica, muito menos é sinônimo de mulher. Para a autora, o gênero deve ser compreendido em quatro momentos: (1) como símbolos culturalmente construídos; (2) como conceitos normativos; (3) como um instrumento de análise política relacionada às instituições e à organização política; e (4) como algo permeado também pela identidade subjetiva. A autora busca compreender como os papéis sexuais são constituídos em diferentes sociedades e períodos históricos. Seu objetivo foi entender como esses se articulavam dentro da ordem social e como a perpetuavam e/ou conseguiam transformá-la. “O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1995, p. 23).

As interpretações de Joan Scott possibilitaram um grande passo nas pesquisas de gênero desenvolvidas até então. Ela abandona a temática da mulher para pensar como o gênero enquanto categoria de análise que permeia as relações entre mulheres e homens, em diferentes sociedades e temporalidades.

Num cenário em que gênero aparece vinculado às formas de manifestação do poder, Scott rompe com a crença na determinação biológica dos sexos e no caráter naturalizante e universal como justificativa para as desigualdades. A autora afirma que a noção de gênero, além de se referir tanto aos homens quanto às mulheres, “rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina” (SCOTT, 1995, p. 17). Nessa perspectiva, masculino e feminino não são identidades acabadas, definidas no nascimento, mas se constituem em processo constante e de acordo com o contexto social e cultural, os momentos históricos, as relações étnicas, raciais e religiosas (FREITAS, 2011, p. 22).

Para James Deam Amaral Freitas (2011, p. 23), outra importante contribuição de Joan Scott à produção sobre gênero no campo acadêmico está em ampliar os “estudos de mulheres” para os “estudos de gênero”. Para a autora, era essencial trazer um conceito que trouxesse maior legitimidade acadêmica e menos críticas quanto à parcialidade do termo *mulheres*.

No intuito de problematizar as teorizações feministas anteriores e de repensar algumas questões internas aos movimentos feministas, a abordagem de Judith Butler surge fortemente influenciada pelos escritos de Foucault. A filósofa norte-americana ficou conhecida principalmente por seu livro *Problemas de*

gênero: feminismo e subversão da identidade, apresentando uma visão crítica à categorização do sujeito mulher pelo movimento feminista e a divisão entre sexo e gênero.

O exame que Judith Butler apresenta ao conceito ou às formulações anteriormente construídas aponta para uma questão importante em suas elaborações sobre a separação entre sexo e gênero. Para a autora, essa separação fora criada com o objetivo de deixar as interpretações de cunho estritamente biológico da conceituação do gênero. Sendo assim, gênero não seria uma consequência do sexo.

Uma divisão se introduz no sujeito feminista por meio da distinção entre sexo e gênero. Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende a tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo (BUTLER, 2013, p. 24).

Segundo Maria da Penha dos Santos de Carvalho (2010, p. 87 e 88), a filósofa norte-americana denuncia o que considera como uma grande problemática no interior dos debates teóricos sobre sexualidade: a separação entre sexo e gênero, possibilitando uma existência de causa e efeito entre eles. Para Carvalho (2010), o que incomoda Judith Butler é a fundamentação da categoria de sexo como um elemento estável, enquanto o gênero, ao contrário, sofre novas ressignificações continuamente.

Judith Butler (2013) questiona-se a *aparente* natureza do sexo, sobre a qual os discursos científicos estão fortemente atribuídos, e se ele possuiu uma história. Ou seja, sua proposta põe em cheque uma relação que já parecia estar estabelecida, a separação entre sexo e gênero, que deixava o primeiro como um dado natural, ao qual cabia à biologia explicar, e ao segundo atribuída-se uma dimensão sociocultural.

Dessa forma, Judith Butler (2013) afirma que assim como o gênero, o sexo também é uma produção cultural. Para a autora, praticamente não há nenhuma distinção entre sexo e gênero. Assume, ainda, a noção de que ambos são igualmente produzidos.

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o

aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “o sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura (BUTLER, 2013, p. 25).

Mas, se para a filósofa, os limites entre sexo e gênero devem ser revistos, e a própria noção de sexo também necessita ser revisada para que possa ser compreendida como instável. Em um ensaio posterior, intitulado *Bodiethatmatter*⁴, questiona-se sobre como podemos vincular a questão da materialidade dos corpos à performatividade do gênero, e como o sexo poderia ser inscrito nessa relação.

Nesta perspectiva, Judith Butler (2000) retoma as ideias de Foucault e afirma que a categoria de sexo é sempre em si uma relação normatizadora em sua formulação. Sendo assim, o sexo seria um construto idealizado que é materializado no corpo através do tempo, dessa forma não pode ser visto como um simples fato presente num corpo real, ao contrário deve ser percebido como um processo no qual são materializadas e reiteradas às normas sociais e regulatórias referentes a ele.

A categoria do “sexo” é, desde o início, normativa: ela é aquilo que Foucault chamou de “ideal regulatório”. Nesse sentido, pois, o “sexo” não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, fazer, circular, diferenciar – os corpos que ela controla (BUTLER, 2000, p. 151).

Assim, sua reafirmação do ideal regulatório do sexo tem o propósito de expor que o gênero não deve ser pensado como um construto sociocultural imposto a um corpo sexuado por natureza. Seu empenho está justamente em evidenciar que as normas regulatórias do sexo operam de uma forma performativa construindo, assim, a própria materialidade dos corpos, através da divisão sexual (BUTLER, 2000, p. 152).

Segundo Hall (2006), a materialização exposta pela autora está sendo repensada como um efeito de poder, inserida e fundamentada numa teoria performativa da linguagem e do sujeito. Para o autor, essa reformulação colocou o

⁴ O ensaio foi publicado em português com o título, *Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. O artigo faz parte do livro de Guacira Lopes Louro, *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*, lançado em pela Autêntica em 2000.

ato de assumir um determinado sexo como um possível momento de identificação com o imperativo heterossexual, marcando a identificação pela aproximação sexuada e deixando outrassexualidades negadas ou excluídas.

Quanto ao gênero, interroga-se sobre como a construção do gênero é executada, e questiona se há um “eu” ou um “nós” que desempenha tal construção, e ainda se interroga se esse agente se posiciona antes ou depois do ato de construção. Desse modo, Butler (2000, p. 157) conclui afirmando que os sujeitos nem antecedem nem procedem aos processos de agendamento², “mas emergem apenas no interior das próprias relações de gênero e como a matriz dessas relações”.

Segundo a autora, o processo de agendamento começa mesmo antes do nascimento dos sujeitos. Sendo assim, é a partir da descoberta da gravidez que se iniciam os processos regulatórios e normativos do gênero.

Nesse sentido, a matriz das relações de gênero é anterior à emergência do “humano”. Consideremos a interpelação médica que, apesar da emergência recente das ecografias, transforma uma criança, de um ser “neutro” em um “ele” ou em uma “ela”: nessa nomeação, a garota torna-se uma garota, ela é trazida para o domínio da linguagem e do parentesco através da interpelação do gênero. Mas esse tornar-se garota da garota não termina ali; pelo contrário, essa interpelação fundante é reiterada por várias autoridades, e ao longo de vários intervalos de tempo, para reforçar ou contestar esse efeito naturalizado. A nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma (BUTLER, 2000, p. 157).

Compreendendo o gênero como um processo reiterativo estabelecido ao longo do tempo com o objetivo de normatizar e regular os corpos, Judith Butler (2013, p. 48) lança mão da noção de performatividade. Aponta que ao invés de entender a manifestação social dos gêneros enquanto reflexos de supostas essências da feminilidade e da masculinidade, faz-se necessária uma compreensão a partir da performance constituída pelos agentes. “O gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero.”

Para Judith Butler, o gênero é uma construção histórico-social normatizadora, cujo intento seria a regulação dos sujeitos através da oposição binária entre masculino e feminino, pautado numa matriz heterossexual, sendo o

²Agendamento é aqui entendido como o processo regulatório e normativo pelo qual o corpo e o sexo são circunstanciados a um determinado gênero.

gênero construído num processo de naturalização da significação do ser feminino e do ser masculino, reiterado e reforçado ao longo do tempo. Porém, ao mesmo tempo em que a autora reconhece o gênero como uma norma repetitiva e reiterada, adverte para as possibilidades de desconstrução e as subversões como formas de resistência perante as forças normatizantes e reguladoras que agem sobre os sujeitos (Márcia ARÁN e Carlos PEIXOTO JR.,2007, p. 134).

Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e re-significações. Mesmo quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais reificadas, a própria “cristalização” é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais. (...) O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (BUTLER, 2013, p. 59).

Após analisarmos as interpretações a respeito da categorização de gênero por Joan Scott e Judith Butler, podemos identificar algumas aproximações e diferenças entre as autoras. Primeiramente, poderia destacar a importância da ruptura de relações dicotômicas entre os sexos, como um ponto de convergência entre as duas. Sendo assim, consideram como essencial o abandono dos binarismos e das pesquisas fundamentadas na categoria mulher, para seguir em direção ao conceito de gênero.

A discussão que abre esse capítulo argumenta que esse gesto globalizante gerou um certo número de críticas da parte das mulheres que afirmavam ser a categoria das “mulheres” normativa e excludente, invocada enquanto as dimensões não marcadas do privilégio de classe e de raça permanecem intactas. Em outras palavras, a insistência sobre a coerência e a unidade das mulheres rejeitou efetivamente a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das “mulheres” (BUTLER, 2013, p.34).

O segundo elemento de conexão entre as duas autoras está na importância que ambas conferem ao caráter constitucional do gênero dentro das sociedades, ou seja, não se desenvolve de modo natural, existe um processo de produção em cima desse sujeito. Dessa forma, concordam ao afirmar que o gênero não é uma característica inata ou dada, ao contrário, ele é construído ao longo do tempo, possuindo influências sociais e culturais relacionadas ao espaço-tempo ao qual está sendo analisada a categoria.

Quanto às distinções, podemos destacar a própria conceituação de gênero, principalmente no que tange a sua relação com o sexo. Apesar de ambas

incorporarem a noção construtiva ao gênero, Joan Scott (1995) não problematiza diretamente como a noção de sexo é construída, enquanto para Judith Butler (2013) afirma que ambas as categorias – sexo e gênero – são passíveis de serem construídas e desconstruídas.

Assim, Judith Butler (2000; 2013) reconhece que tanto às identidades de gênero, quanto às identidades sexuais não possuem nada de exclusivamente natural. Tudo nesse terreno é construído socialmente e interpretado a partir da cultura. Aliás, é por meio de processos culturais que definimos o que é – ou não – natural (CARVALHO, 2010, p. 88).

Portanto, nessa pesquisa assumo a intencionalidade de abordar o conceito e/ou categoria de gênero guiada pelas concepções de Judith Butler. Porém, sem rejeitar as conexões possíveis com a interpretação de Joan Scott, buscando encontrar o melhor caminho para levantar e problematizar a temática no campo educacional.

2.3.

Gênero e educação: em busca dos primeiros caminhos

Revelados os mecanismos pelos quais as identidades de gênero são produzidas cultural e socialmente, em processos contínuos que normatizam os gêneros e os sexos, podemos pensar em como os estudos de gênero se relacionam com alguns dos problemas que envolvem a educação na atualidade.

A própria constituição do GT 23 – *Gênero, sexualidade e educação* – na ANPEd de 2005, mostra o reconhecimento e asensibilidade da comunidade acadêmica para com essas questões, uma vez que as desigualdades (ou subalternidades, para usar o termo que intitulou a mesa-redonda em que nasceu este texto) devem ser compreendidas em suas conexões com classe social, religião, raça, etnia, nacionalidade, geração, dentre tantos outros atravessamentos possíveis (Jane FELIPE, 2007, p. 78).

A afirmação de Jane Felipe (2007) evidencia que as interlocuções entre gênero e educação já estão sendo delimitadas, endossando o quanto as questões acerca das temáticas de gênero e sexualidade são extremamente importantes para as pesquisas no campo da educação.

Segundo Jane Felipe (2007, p. 85), os espaços escolares assumem um papel de destaque dentro dos universos de convivência social disponíveis. Sendo

assim, adquirem grande importância na produção e reprodução quando o assunto são as identidades sexuais e de gênero. “O que nos compete, como educadoras e/ou pesquisadoras, no campo do gênero e da sexualidade, é desencadear o debate e, quem sabe, abalar um pouco as nossas próprias certezas sobre estas relações.”

Dessa forma, acredito que um caminho possível para combatermos esses mecanismos de produção e reprodução das desigualdades de gênero nos ambientes escolares seja a partir da compreensão de que os gêneros e as sexualidades não são características dadas ou naturais aos seres humanos, mas sim, características, normas e padrões que aprendemos e reafirmamos ao longo de nossas vidas.

É necessário que consigamos dar um novo passo, rumo à percepção de que somos parte integrante do processo de inacabamento de construção dessas identidades, pois em nossa trajetória podemos nos posicionar de formas distintas, tanto como agentes desses processos de reiteração, como podemos nos transformar em denunciadores dos mesmos.

Ao mesmo tempo em que necessitamos identificar o quanto somos marcados por essas instâncias culturais e sociais que reafirmam as identidades sexuais e de gênero, “é indispensável observar que, hoje, multiplicaram-se os modos de compreender, de dar sentido e de viver os gêneros e a sexualidade”. (LOURO, 2008, p. 19). Mas, essa etapa só poderá se estabelecer como um período de mudança se começarmos a nos questionar sobre nossas práticas, como educadoras.

É relevante refletir sobre as possibilidades e as impossibilidades que essa cultura coloca para a sexualidade. É relevante refletir sobre os modos como se regulam, se normatizam e se vigiam os sujeitos de diferentes gêneros, raças e classes nas suas formas de experimentar prazeres e desejos; refletir sobre as práticas que tais sujeitos põem em ação para responder a esses desejos, as práticas que acionam para se constituírem como homens e mulheres (LOURO, 2007, p. 204).

Assim, precisamos caminhar de modo que os trabalhos no campo dos estudos de gênero e das sexualidades devam se preocupar ainda mais em pensar os problemas que cercam o universo escolar, possibilitando maiores debates em torno das diversas áreas educacionais convergindo em novas discussões e problematizações.

Segundo Andrade (2009, p. 45), o desafio da educação guiada pela perspectiva intercultural seria promover o diálogo entre as diferentes culturas

presentes no espaço escolar, visando desenvolver as seguintes contribuições:

Primeiro: reforçar a crítica a uma visão de mundo, na qual o próprio grupo é tomado como centro de tudo, colaborando, assim, com o combate à intolerância, ao etnocentrismo, à xenofobia, ao racismo, à homofobia, ao sexismo e a todos os tipos de preconceitos e discriminações.

Segundo: desenvolver práticas educativas que articulem igualdade e diversidade, o global e o local, o universal e o particular, superando os sentimentos de estranheza, medo e hostilidade, tão comuns aos homens e mulheres desses tempos.

É nessa perspectiva que compreendo o debate sobre gênero e sexualidade na escola. Ele pode ser direcionado de modo que nós, educadoras, não continuemos a reforçar estereótipos e preconceitos já situados no universo escolar. Logo, faz-se necessário um aprofundamento dessas ideias para que possamos reconhecer os erros produzidos e, muitas vezes, repetidos diariamente por nós e diante de nossos olhos, mas também para que possamos refletir sobre eles e que consigamos combatê-los.

O maior desafio presente na atualidade é possibilitar novas problematizações desses indivíduos e identidades situadas à fronteira, expondo os esquemas de opressão e normatização presentes em nossa sociedade, e também usando a escola como espaço para questionamentos e novos debates que consigam desestabilizar, ou apenas abalar as estruturas de alguns padrões e normas estabelecidos.

No terreno dos gêneros e da sexualidade, o grande desafio, hoje, parece não ser apenas aceitar que as posições se tenham multiplicado, então, que é impossível lidar com elas a partir de esquemas binários (masculino/feminino, heterossexual/homossexual). O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – admitir que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira (LOURO, 2008, p. 21).